

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2015

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que *dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas*; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para determinar a exigência de sistemas de captação de águas pluviais.



SF/15189.76960-24

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 5º-A da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º-A.**

.....
II - adequação ambiental do projeto, atendida, sem prejuízo de outros fatores, a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais;

.....”
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O drama da escassez de água – tragédia crônica no Nordeste, mas que passou a ocorrer em todas as Regiões do País, tendo acometido neste ano a maior cidade brasileira – exige crescente atenção do poder público e da sociedade.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), até 2025 nada menos que 3 bilhões de pessoas estarão sujeitas a estresse hídrico caso sejam mantidas as condições atuais de disponibilidade, gestão e utilização da água. No Brasil, embora haja grande disponibilidade hídrica, os problemas de abastecimento desse recurso natural decorrem de fatores tais como o consumo intensivo, o desperdício e a degradação de mananciais, entre outros.

A utilização de água potável para limpeza de calçadas, irrigação de jardins e descargas sanitárias, entre outras formas impróprias de utilização, constitui notório exemplo de que devem ser adotadas medidas de racionalização do uso da água e de conscientização da população para a importância deste já escasso recurso natural. Usos dessa natureza podem ser atendidos pela captação e reserva de águas pluviais, medida que, a par de mostrar-se muito mais razoável, contribui para atenuar o fluxo da drenagem em situações de chuvas intensas.

Diversos municípios vêm adotando normas legais que obrigam a adoção desses dispositivos em novas construções, a exemplo do Rio de Janeiro, de Curitiba e de São Paulo, entre outros. No âmbito da União, cuja competência constitucional nesse campo limita-se ao estabelecimento de normas gerais, também experimentamos alguns avanços.

O Estatuto da Cidade, por exemplo, por força da Lei nº 12.836, de 2 de julho de 2013, passou a incluir entre as diretrizes da política de desenvolvimento urbano a serem observadas pelos Municípios o “estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais”.

De outra parte, tramita no Senado Federal o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2013, de autoria do Senador João Durval, que altera a



Lei do Saneamento (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007) com o objetivo de instituir incentivos e programas para implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em condomínios residenciais e comerciais.

Nesse passo, a presente proposição altera as normas do Programa Minha Casa, Minha Vida, implementado com recursos orçamentários da União, para determinar a exigência de sistemas de captação de águas pluviais em suas edificações. Trata-se de medida que consideramos de efetivo estímulo à adoção, no âmbito municipal, de medidas de uso racional dos recursos hídricos.

Em face de sua relevância social, estamos certos de que a presente iniciativa merecerá o apoio dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

Senador IVO CASSOL

LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009.

Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 5º-A. Para a implantação de empreendimentos no âmbito do PNHU, deverão ser observados: (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

I - localização do terreno na malha urbana ou em área de expansão que atenda aos requisitos estabelecidos pelo Poder Executivo federal, observado o respectivo plano diretor, quando existente; (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)



II - adequação ambiental do projeto; (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

III - infraestrutura básica que inclua vias de acesso, iluminação pública e solução de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais e permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica; e (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

IV - a existência ou compromisso do poder público local de instalação ou de ampliação dos equipamentos e serviços relacionados a educação, saúde, lazer e transporte público. (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

.....

DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941.

Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

.....

Rio de Janeiro, em 21 junho de 1941, 120º da Independência e 53º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Campos.

LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964.

Vide Decreto nº 91.152, de 1985

Vide Lei 8.692, de 1993

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

.....

Brasília, 21 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Campos
Ernsto de Mello Baptista
Arthur da Costa e Silva



Vasvo da Cunha
 Octavio Gouveia de Bulhões
 Juarez Távora
 Hugo de Almeida Leme
 Flávio Suplicy de Lacerda
 Arnaldo Susselcind
 Nelson Lavenére Wanderley
 Raynundo de Brito
 Mauro Thibau
 Daniel Faraco
 Roberto Campos
 Osvaldo Cordeiro de Farias



SF/15189.76960-24

LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964.

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), as sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do parágrafo 3º, do Artigo 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

.....
 Brasília, 29 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H CASTELLO BRANCO

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
 Brasília, 11 de maio de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR
 Zélia M. Cardoso de Mello
 Antonio Magri
 Margarida Procópio

Este texto não substitui o publicado no DOU de 14.5.1990 e retificado em 15.5.1990

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.197-43, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

.....
Brasília, 24 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Pedro Malan

Francisco Dornelles

Martus Tavares

Gilmar Ferreira Mendes

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 27.8.2001

